



# SINDICATO MANIFESTA A CANDIDATOS OPOSIÇÃO À VENDA DAS ESTATAIS

O setor de saneamento virou peça de campanha política em Minas e as propostas de privatização assombram todos que defendem a prestação dos serviços de água e esgoto com qualidade e lutam pela universalização deste direito a todos os cidadãos no Estado.

Com a repercussão nos grandes meios de comunicação de propostas dos dois candidatos envolvidos na disputa, em segundo turno, pelo Governo de Minas, a direção do SINDÁGUA tomou iniciativa de procurar tanto Antônio Anastasia (PSDB) quanto Romeu Zema (Novo), para manifestar nossa preocupação.

Na quinta-feira, 11 de outubro, o vice-presidente do Sindicato, Eduardo Pereira, entregou ao deputado federal Marcos Montes, candidato a vice na chapa de Anastasia, um ofício em que historiamos a luta que se desenvolve há anos pela universalização e qualificação dos serviços de saneamento no Estado.

No ofício, afirmamos que atuamos “não apenas na defesa das condições de trabalho da categoria, mas também para que a responsabilidade constitucional do Estado com a saúde pública esteja garantida nas políticas públicas.”

Lembramos que “uma das nossas bandeiras mais importantes é nosso empenho junto às sociedades organizadas e ao próprio Estado para que o saneamento



alcance a universalização e cumpra a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), ou seja, para que todo cidadão tenha acesso à água potável e ao tratamento de esgotos sanitários e industriais, preservando os recursos hídricos de qualquer contaminação”

Reforçamos também que “desde a Constituição de 1988, que instituiu a obrigatoriedade dos concursos públicos para provimento de vagas, além de um Plano de Cargos e Salários transparente,

impedindo colocação de trabalhadores por apadrinhamento político, cumprimento rigoroso de leis como a 8.666, de licitação, tendo ainda seu capital aberto no mercado de ações e total controle por uma agência reguladora (Arsae), a Copasa é hoje uma empresa que cumpre de forma rigorosa seus objetivos”. Solicitamos do candidato que atentasse para a importância das empresas estatais, prestadoras de serviços essenciais ao povo e que as políticas públicas sejam preservadas, para garantir o cumprimento das obrigações constitucionais do Estado.

Este mesmo ofício foi encaminhado também ao candidato do “Novo”, Romeu Zema, que vem manifestando explicitamente sua intenção de privatizar a Copasa, lembrando-o das responsabilidades da empresa estatal para garantir um saneamento com qualidade, serviços públicos essenciais para garantir a saúde



do povo.

## Candidatos ao governo de Minas no 2º turno das eleições 2018

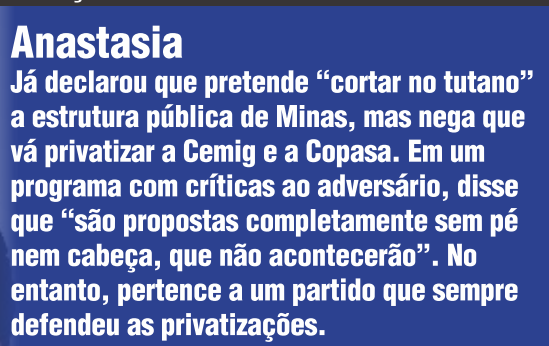
### Zema

Pretende privatizar os setores de saneamento e elétrico. A proposta é fatar a Copasa e a Cemig, para que o consumidor tenha à disposição três ou quatro empresas privadas atuando em cada área, para que possa escolher qual vai fornecer os serviços, hoje prestado pelo Estado. Hoje diz que vai reavaliar melhor sua proposta.



### Anastasia

Já declarou que pretende “cortar no tutano” a estrutura pública de Minas, mas nega que vá privatizar a Cemig e a Copasa. Em um programa com críticas ao adversário, disse que “são propostas completamente sem pé nem cabeça, que não acontecerão”. No entanto, pertence a um partido que sempre defendeu as privatizações.



# SOMOS CONTRA QUALQUER UM QUE DEFENDA PROPOSTAS DE PRIVATIZAÇÃO DO SANEAMENTO

**H**á pouco tempo, era exigência de qualquer empresa citar a “responsabilidade social” como um dos princípios de sua organização e planejamento estratégico.

Em se tratando de uma empresa de prestação de serviços públicos, remunerada por tarifas cobradas da população, é rigorosamente cercada por uma regulamentação que define transparência em licitações, que a obriga a contratar funcionários por concurso público, para evitar cabides de empregos e distribuição de cargos por apadrinhamento político, e que a protege como instrumento do Estado e patrimônio do povo.

Em Minas Gerais, temos duas empresas estratégicas para garantir a universalização

de dois serviços essenciais e vitais para a saúde sanitária da população, a Copasa, e para o desenvolvimento do Estado, a Cemig. Fez-se história de responsabilidade pública e social quando a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (Alemg) aprovou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 50/2001, protegendo as estatais mineiras contra iniciativas que viriam a ser conhecidas como “privataria”.

Ao contrário de empresas que foram vendidas a preço de banana, como a Vale do Rio Doce, Copasa e Cemig foram protegidas, exigindo-se que qualquer iniciativa de privatização passasse antes por uma consulta plebiscitária ao povo mineiro e ainda pela aprovação qualificada de 48 dos 77 deputados mineiros na Alemg.

Em um Estado onde convivemos com gigantescas diferenças por desigualdades sociais, a proteção de estatais como a Copasa é vital para permitir que a população pobre tenha acesso a serviços de saneamento, tanto na água em condições de ser consumida dentro de casa como o tratamento do esgoto sanitário e industrial, protegendo as nascentes e cursos hídricos.

Esta proteção da empresa, instrumento que garante a responsabilidade social do Estado com o saneamento, historicamente se viabiliza através da política de subsídio cruzado, que estabelece tarifas menores e acessíveis à população mais pobre, não condenando-a a ficar sem o saneamento e sujeita às doenças sanitárias.

## DECISÃO DA EXECUTIVA DO SINDÁGUA

**E**m reunião realizada na última semana, a Direção Executiva do SINDÁGUA decidiu não manifestar apoio a nenhum dos dois candidatos na eleição em segundo turno para o Governo de Minas.

Ambos os candidatos apresentam propostas de privatização das empresas estatais mineiras, sobre as quais temos posição claramente contrária, por ferirem termos da própria Constituição de Minas Gerais e prejudicarem os interesses da população em ter preservados os serviços públicos essenciais.

A direção do Sindicato decidiu procurar ambos os candidatos ao governo de Minas e manifestar nossa grave preocupação, cobrando deles uma manifestação sobre suas propostas, para que trabalhadores e população possam aferir e qualificar os votos em segundo turno. No âmbito nacional, a Executiva definiu o apoio à candidatura de Fernando



Haddad (PT) à presidência da República, que preserva direitos trabalhistas e avanços sociais conquistados na Constituição de 1988, além de propostas de rever a emenda constitucional de Temer, que congelou investimentos em serviços essenciais por 20 anos (como educação, saneamento, transporte e outros).

Nossa posição é rigorosa de denúncias da grande ameaça que a candidatura de Bolsonaro (PSL) significa para os trabalhadores e a sociedade brasileira, que apresenta o modelo autoritário e antidemocrático como controle absoluto do Estado. Para isto, o candidato dos empresários propõe acabar com direitos como o 13º e férias, criar nova carteira de trabalho que permita contratação sem direitos trabalhistas e promete liberar o acesso às armas de forma generalizada aos cidadãos, estimulando a violência no País.



# DEFESA DA DEMOCRACIA



**F**ERNANDO HADDAD é o candidato da sociedade brasileira que aposta na democracia e na preservação dos direitos sociais e trabalhistas. A unidade de todos os partidos contrários à ditadura tem a responsabilidade de livrar o Brasil do autoritarismo, dos Atos Institucionais, da tortura e prisão de qualquer um que defenda a liberdade democrática e o estado de direito.

Apoiamos **Haddad** contra o retrocesso. Nossa opção é a paz e a construção de um País unido, sem o ódio pregado pelo capitão reformado.

## PROGRAMA MEU EMPREGO NOVO

Criar programa com investimento na qualificação profissional para geração de empregos a jovens. Retorno imediato de 2.800 grandes obras, orçadas em R\$ 120 bilhões e que foram paralisadas em todo o País e retomada do programa “Minha Casa, Minha Vida”.

## IGUALDADE DE DIREITOS NO TRABALHO

Garantir a isonomia de direitos entre homens e mulheres nas condições de trabalho e de salários. Reforçar a Lei Maria da Penha, para proteção social e familiar das mulheres.

## GANHOS REAIS NO SALÁRIO MÍNIMO

Resgate da política de valorização do salário mínimo, aplicando reajuste pela inflação e ganho real pela variação do PIB de dois anos anteriores.

## REVOGAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA DE TEMER

Revogação das medidas de Temer na reforma trabalhista e discussão aberta com todos os trabalhadores e empresários, comunidade jurídica, para a modernização da CLT.

## FIM DAS PRIVATIZAÇÕES

Impedir a privatização das empresas estatais, suspender a venda e fortalecer a Petrobras, mantendo o regime de partilha do pré-sal. Revitalizar os bancos públicos (BNDES, BB e CEF).

## INVESTIMENTO NA CULTURA

Aumentar os recursos para a cultura gradativamente até 1% do orçamento da união.

## COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS

Federalizar o combate ao tráfico de drogas e crime organizado. Controlar armas e munições, reforçando o rastreamento e fortalecimento da polícia científica. Refazer o Plano Nacional de Redução de Homicídios. Nomear um civil para o Ministério da Defesa.

## EQUILÍBRIO DAS CONTAS DA PREVIDÊNCIA

Investimento na produção e geração de emprego e combate rigoroso à sonegação de contribuições à Previdência Social, além de estabelecer o regime único previdenciário, definindo igualdade a todos os brasileiros na aposentadoria, eliminando os privilégios, buscando o equilíbrio de suas contas. Instituir tempo de mandatos para membros do STF e das Cortes Superiores de Justiça.

## REVOGAÇÃO DO TETO DE GASTOS

Revogação da PEC do “Teto de Gastos” aprovada por Temer, que congelou por 20 anos os investimentos nas áreas sociais, como educação e saúde. Implementar a Renda Básica de Cidadania e incorporar famílias em condições de pobreza sem acesso ao Bolsa Família.

## REFORMA TRIBUTÁRIA

Isenção de imposto de renda para trabalhadores com renda até cinco salários mínimos. Taxar bancos, para baratear o crédito. Criar imposto progressivo sobre heranças. Municar a Cide, tributo sobre os combustíveis.

## POLÍTICA EDUCACIONAL

Revogar a reforma do ensino médio implementada pelo governo Temer. Expandir as matrículas no ensino superior e nos ensinos técnico e profissional. Garantir que todas as crianças, adolescentes e jovens de 4 a 17 anos estejam na escola. Implementar a Prova Nacional para Ingresso na Carreira Docente para subsidiar Estados, Governo Federal e municípios.

## COMUNICAÇÃO TRANSPARENTE

Fazer a regulação econômica dos meios de comunicação, para evitar a concentração de propriedade. Propor um novo marco regulatório da comunicação social eletrônica. Desconcentrar investimentos publicitários das estatais.

# VOLTA ÀS TREVAS!

Esperteza sobre temas que desesperam a todos. Num deles, quer facilitar ao povo ter acesso às armas para "combater" a violência.

No governo, quer o Estado Mínimo, escancarar privatizações e estabelecer um regime ditatorial, com censura aos meios de comunicação, volta da tortura de presos e perseguição a negros, gays, lésbicas e a todos que defendem a liberdade.



## PROPOSTAS DE DESMANCHE DOS DIREITOS TRABALHISTAS E SOCIAIS

### FIM DO 13º SALÁRIO E DAS FÉRIAS

O vice-presidente de Bolsonaro já antecipou o novo golpe. O "capitão" quer extinguir o 13º salário e as férias. Ele próprio afirmou que seu modelo é o dos americanos: trabalho sem direitos que temos pela CLT e Constituição.

### CARTEIRA DE TRABALHO SEM DIREITOS

Criação de uma nova carteira de trabalho "Verde Amarela", paralela à carteira de trabalho atual, para que jovens possam ser contratados sem os mesmos direitos da CLT.

### DESIGUALDADE DE SALÁRIOS

Defende salários diferentes entre homens e mulheres. Afirma que as "mulheres têm direito a mais, licença maternidade, e por isto as empresas preferem contratar homens.

### RESSUSCITAR A CPMF

Unificar impostos e voltar com modelo da CPMF. Contra impostos sobre grandes fortunas e heranças.

### MILITARIZAR AS ESCOLAS

Propõe militarizar o ensino, instalando escolas militares em todos os Estados, nomear general para Ministério do Trabalho. Defende o "ensino a distância" desde o fundamental até os cursos superiores. Defende o fim de "cotas nas universidades". Com isto, acabará com as escolas.

### TIRAR O BRASIL DA ONU

Quer tirar o Brasil do Comitê da Organização das Nações Unidas (ONU), ampliar as relações com os EUA e Israel e vetar parceiros como a China.

### ANISTIA PARA POLICIAIS QUE MATAREM EM SERVIÇO

Dar "retaguarda jurídica" a agentes de segurança que matarem durante o trabalho, para impedir a punição deles.

### REDUZIR O TAMANHO E RESPONSABILIDADES DO ESTADO

"Privatizar aceleradamente" todas as empresas estatais, quebrar o monopólio da Petrobras e vender imóveis da União.

### APROVAR A UNICIDADE SINDICAL

Acabar com os sindicatos por categoria e por base territorial e permitir que trabalhadores se associem a sindicato de sua escolha.

### DEFENDER O PLANEJAMENTO FAMILIAR

Afirma que um filho a mais engorda o programa social. Quer fazer controle rígido com cortes no programa de Bolsa Família.

### DEFENDER O PROGRAMA DE IMIGRAÇÃO DE TRUMP

Quer aplicar o programa anti-imigrantes do presidente dos EUA, Donald Trump, e criar em Roraima um "campo de refugiados" da Venezuela.

### FACILITAR ACESSO A ARMA DE FOGO

Bolsonaro quer combater a criminalidade facilitando ao povo ter acesso às armas de fogo em suas residências, para enfrentar os bandidos. Com a polícia livre de punição se matar qualquer cidadão e todos portando armas na cintura, está criada a situação propícia para uma guerra civil.

